

COMISSÃO TÉCNICA PARA A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PÓS-SECUNDÁRIA
(Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio)

Deliberação n.º 8

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, que regula os cursos de especialização tecnológica;
Considerando o disposto na alínea d) do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, que determina que compete à Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária a elaboração e aprovação de critérios comuns de apreciação dos pedidos de registo e de criação e autorização de funcionamento dos cursos de especialização tecnológica;
Considerando a deliberação n.º 1280/2006, de 21 de setembro, alterada pela deliberação n.º 1208/2013, de 29 de maio, da Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária que aprovou um instrumento normalizado de apresentação dos pedidos de registo e de criação e autorização de funcionamento dos cursos de especialização tecnológica,
Considerando a necessidade de promover a reformulação do anexo III da deliberação n.º 6, disponível no sítio da Direção Geral do Ensino Superior, em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/CET/Comissao+Tecnica/>
Ao abrigo da citada norma legal;
A Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, delibera o seguinte:

Artigo 1.º

Alterações

O anexo III da deliberação n.º 6 passa a ter a redação constante em anexo à presente deliberação.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O disposto na presente deliberação entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à sua disponibilização no sítio da Direção-Geral do Ensino Superior.

Artigo 3.º

Aplicação

O disposto na presente deliberação aplica-se aos pedidos de registo da criação e de criação e autorização de funcionamento apresentados após a disponibilização no sítio da Direção-Geral do Ensino Superior e aos pedidos de registo da criação e de criação e autorização de funcionamento já apresentados, sempre que tal se verifique necessário.

21 de fevereiro de 2014. — O Coordenador da Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, *Prof. Doutor Vitor Magriço*.



COMISSÃO TÉCNICA PARA A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PÓS-SECUNDÁRIA
(Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio)

Anexo III

Cláusulas e conteúdos a considerar para protocolo com o ensino superior

De acordo com o disposto no artigo 21.º do Decreto-lei n.º 88/2006, de 23 de maio, o protocolo a estabelecer entre a instituição de formação e a instituição de ensino superior deverá conter as seguintes cláusulas e conteúdos:

a) Cláusula primeira - Âmbito

Sugestão de redação:

“O presente protocolo estabelece as formas de cooperação entre os dois outorgantes, as quais visam a implementação do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.”

b) Cláusula segunda - Objeto

Sugestão de redação:

“O presente protocolo tem por objeto a realização do curso de especialização tecnológica em, regulado pelo Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, que a segunda outorgante irá promover no período de ...semestres/trimestres/semanas, cujos nível de qualificação, perfil profissional visado e referencial de formação se integram no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), e constam em anexo, fazendo parte integrante deste protocolo.”

c) Cláusula terceira - Ingresso no ensino superior

Sugestão de redação:

“Os titulares do diploma de especialização tecnológica em ... podem apresentar a sua candidatura às vagas da(s) licenciatura(s) em ... que o primeiro outorgante venha a fixar anualmente para os titulares de diplomas de especialização tecnológica, nos termos da legislação em vigor.

O ingresso no(s) 1.º(s) ciclo(s) de estudos acima referido(s) apenas é possível enquanto se mantiver(em) a(s) sua(s) acreditação(ões) pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.”

d) Cláusula quarta - Creditação

Sugestão de redação:

“Considerando os planos de estudo do(s) 1.º(s) ciclo(s) de estudos em, registado(s) segundo o(s) despacho(s) n.º, a carga horária das unidades curriculares e os ECTS, o primeiro outorgante creditará as unidades de formação conforme quadro anexo ao presente protocolo e que dele faz parte integrante.

No caso de haver alteração de cargas horárias e ou conteúdos programáticos, as creditações acima referidas serão revistas.”

COMISSÃO TÉCNICA PARA A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PÓS-SECUNDÁRIA
(Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio)

e) Cláusula Quinta - Formas de cooperação

Devem ser identificadas as formas de cooperação entre as duas outorgantes.

f) Cláusula Sexta - Produção de efeitos